

Uma reforma sem aspas



António Domingues Azevedo

Bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas

Está prestes a terminar mais um ano. Para não variar, 2014 foi intenso. Intenso nas dificuldades para os cidadãos, intenso no debate de ideias, intenso no combate político. O denominador comum foi: um ano mais, a incerteza. 2015 não será muito diferente.

O documento final aprovado pela maioria parlamentar na Assembleia da República, batizado de “reforma” do IRS, pese embora não ter o respaldo do maior partido da oposição, acabou por fazer prevalecer algum bom senso que parecia arrejado da proposta inicial da comissão constituída para o efeito. As iniquidades ainda prevalecem, mas de forma mais mitigada. A reintrodução do direito à dedução torna o sistema de IRS menos insustentável, abrindo caminho a um previsível desagravamento fiscal em 2015. Veremos o que está reservado para os cidadãos após o desembrulhar do bonito e charmoso pacote da fiscalidade verde. A proposta inicial, com um forte pendor financeiro, esquecia que o IRS é o imposto mais pessoal que existe e está indissociavelmente ligado à vida concreta das pessoas. Felizmente, o Governo não deu ouvidos a muitas propostas da comissão, transformando esta pretensa “reforma” num completo simulacro, encarnado a velha máxima de Lampedusa, que dizia “que é preciso mudar algo, para ficar tudo na mesma”.

É preciso ser rigoroso e olhos nos olhos afirmar que a verdadeira reforma fiscal aconteceu com o ministro Vítor Gaspar. Foi a partir do “enorme aumento de impostos” que se iniciou o processo de estigmatização fiscal da classe média.

O Governo nunca quis esta reforma do IRS que, no fundo, serviu somente para ir a reboque da, essa sim, desejada reforma do IRC.

O próximo Executivo, seja ele qual for, deve melhorar esta “reforma”, começando por lhe tirar as aspas, eliminando os seus dois maiores pecados: o quociente familiar e a diferenciação das famílias monoparentais.

Faltou inteligência, sensibilidade e capacidade para ver que o sistema do quociente familiar, pela introdução do mecanismo percentual, vai prejudicar as famílias de baixos rendimentos e beneficiar as famílias de altos rendimentos, tendo por base a mesma realidade. Uma aberração que cria clivagens, necessariamente prejudiciais, entre as mesmas realidades no âmbito do IRS.

Outro ‘dossiê’ a carecer de aperfeiçoamento é o da sobretaxa de IRS. Este Governo prometeu o que sabe que não pode cumprir. Manter a sobretaxa em 2015, prometendo reembolsar em 2016, se houver folga orçamental. Trata-se de empurrar com a barriga uma situação que terá de ser o Executivo saído das eleições de outubro de 2015 a desatar este nó górdio que, esperamos, passe pela abolição de um imposto que castiga e penaliza milhões de portugueses.

Se me permitem formular um desejo, seria muito positivo do ponto de vista da relação entre os cidadãos e a fiscalidade que 2015 representasse um ponto de viragem com vista a uma mais equitativa redistribuição do encargo fiscal. Não acredito em utopias fiscais. Acredito sim na boa vontade e sensibilidade dos homens. ■

O autor escreve ao abrigo do novo acordo ortográfico.

Foi a partir do “enorme aumento de impostos” que se iniciou o processo de estigmatização fiscal da classe média.